

Audidores terão dados finais semana que vem

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os economistas designados pelos bancos credores para realizar a auditoria nas contas brasileiras deixaram ontem Brasília com o compromisso do governo de que receberão, na próxima semana, os números adicionais solicitados para verificar a real capacidade de pagamento do País e fixar o teto de financiamento necessário para isto.

Também deverão receber, na próxima semana, as regras complementares em elaboração pelo Banco Central para normatização da conversão da dívida em investimento, para que os credores estudem o limite conveniente de transformação de seus créditos, assim como a forma de bônus a ser criado pelo Brasil para lastrear essas operações.

Na segunda-feira chega a missão de auditores do Fundo Monetário Internacional (FMI), que está trabalhando coordenadamente com os bancos, já que a segunda parte da renegociação com esses está vinculada a um empréstimo do Fundo ao Brasil, desde que os recursos sejam utilizados para a conclusão do acordo para pagamento do restante dos juros de 1987 devidos pelo Brasil aos bancos, que somam cerca de US\$ 4,5 bilhões. Concluído esse acordo, em janeiro, recomençariam as negociações para cobrir as necessidades de

financiamento ao Brasil nos anos de 1988 e 1989, de aproximadamente US\$ 10,5 bilhões, segundo os brasileiros.

Essas informações foram fornecidas ao Estado e Jornal da Tarde, ontem, por um dos técnicos brasileiros que participaram do atendimento aos economistas Arturo C. Forzescanski (Morgan Bank), Thomas J. Trebat (Bankers Trust Company), Llona A. Beer (Citibank) e Frank A. Fernandez (Manufacturers Hanover), nos últimos três dias, e confirmadas por outro técnico do governo federal.

"Esta equipe de economistas está no Brasil para conseguir o máximo possível de informações que serão utilizadas na mesa de negociação com os brasileiros nas próximas rodadas, com o objetivo de encontrar parâmetros sólidos que permitam calcular se o país poderá pagar o que se comprometeu a pagar, assim como definir o limite máximo de pagamento possível. Tendo os dados, estes poderão ser utilizados nas negociações e os banqueiros, bem informados, poderão questionar, por exemplo, como o Brasil se recusa a pagar determinada conta quando executa ou planeja executar determinada obra ou programa. Embora não se possa dizer que vão ditar políticas ao Brasil, estarão em condições de questionar a política interna de modo a obter o máximo de pagamento", analisou o técnico brasileiro.